

A CRISE SOCIOAMBIENTAL IMPÕE O DIÁLOGO ENTRE SABERES

MARCOS B. DE CARVALHO

O POTENCIAL CIVILIZATÓRIO DOS SABERES TRADICIONAIS E INDÍGENAS

Alguns dos principais mananciais de sociobiodiversidade, como aqueles representados no espaço amazônico ou em outros territórios latino americanos, só assim se mantêm, nessa condição biodiversa, por causa da diversidade cultural e social que as fazem existir. O reconhecimento dessa condição é que levou o antropólogo brasileiro Viveiros de Castro, a exclamar no prefácio de um livro sobre a condição socioambiental amazônica: “isto que chamamos ‘natureza’ é parte e resultado de uma longa história cultural” (*apud* Garcia dos Santos, 2003, p. 42).

O geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, em seu texto *Amazônia, Amazônias*, propõe inclusive a reformulação do conceito que caracteriza e classifica a cobertura florestal amazônica, e de regiões similares em que se constate essa condição sociobiodiversa, para mais corretamente a elas nos referirmos, considerando-as sob a categoria conceitual de Floresta Cultural Tropical Úmida, ao invés de ‘florestas tropicais’ ou ‘equatoriais’, como costumeiramente e de forma reducionista a elas nos referimos, omitindo o fato já comprovado de que as populações indígenas contribuíram enormemente para as suas composições e existências. (Porto Gonçalves, 2001)

Ao encontro dessas constatações acode também outro pensador contemporâneo, Ignacy Sachs, reconhecido defensor do ecodesenvolvimento, ampliando o caráter ecossistêmico da relação natureza-cultura verificada em espaços como o amazônico, para indicar o potencial (bio)civilizador que daí emana:

A extraordinária biodiversidade da Amazônia a predestina a funcionar como um laboratório das biocivilizações do futuro, sem perder de vista a necessidade de alcançar o quanto antes a meta de desmatamento zero. A condição é de avançar nas propostas da exploração racional da floresta baseadas nos conceitos de agroecologia, de implantação nas áreas desmatadas de sistemas integrados de produção de alimentos, biocombustíveis e outros bioprodutos adaptados aos diferentes biomas amazônicos, e de tirar o máximo proveito da abundância das águas para fazer da Amazônia uma das pátrias da “revolução azul”, combinando a piscicultura com a criação de animais anfíbios e de algas – matéria-prima para a terceira geração dos biocombustíveis. (Sachs, 2008, p. 12)

Tal potencialidade civilizatória, baseada na interação milenar aí constatada entre populações originárias, os espaços que produzem e os territórios em que realizam seus modos de vida, amplia-se com a inclusão das atividades extrativas e camponesas realizadas por outros agrupamentos que, embora não necessariamente originários, integram-se às condições de existência típicas dos povos tradicionais que com seus conhecimentos e modos de vida igualmente mantém e reproduzem os principais mananciais de biodiversidade do planeta, quase sempre abrigados pelas Florestas Culturais Trópico-Equatoriais a que se refere Porto Gonçalves. Nestes outros agrupamentos, integrantes daquilo que alguns autores acertadamente denominam genericamente de campesinato⁵⁰, deveríamos também depositar nossas esperanças civilizatórias para facear a crise socioambiental, pois, nas palavras ainda de Sachs, estes “são capazes de fazer serviços ambientais essenciais, de ser os guardiães das paisagens e os gerentes dos recursos de que depende nossa existência – solos, águas, florestas e, por extensão, climas” (Sachs, 2009, p. 340).

Por essa razão, continua Sachs, os camponeses precisariam ser estimulados para continuar prestando esse tipo de serviço essencial e deveríamos começar “por garantir aos camponeses, que dele são privados, o acesso à terra e aos recursos naturais necessários para viverem.”, pois, do contrário, “esses prisioneiros de estruturas fundiárias desiguais terão de se apropriar de modo predatório do mínimo de recursos indispensáveis para sua sobrevivência, ou de emigrar para as favelas” (*Ibid.*).

Nesse encadeamento exposto pelas ideias de Sachs estão alguns dos princípios básicos da construção de outro e necessário processo civilizatório, que

50. Thomaz Jr, identifica o campesinato como um conjunto composto por “identidades diversas que se constroem na luta social, (...) tais como os assentados; os povos da floresta; os posseiros, os ribeirinhos; os pescadores artesanais lavradores; os foreiros; os parceiros; os castanheiros, os açazeiros, os arrendatários não capitalistas, os cessionários, os povos indígenas camponeizados...” (Thomaz Junior, 2008, p. 281)

implicaria, inclusive, na revisão dos nossos conceitos e perspectivas para as relações campo-cidade. Sachs, por exemplo, é um dos pensadores que na atualidade insiste fortemente na necessidade de envidar esforços, especialmente nos países tropicais, em “um novo ciclo de desenvolvimento rural”, pois estes, mais do que os outros, e assim como aqueles antigos que produziram as grandes “civilizações do vegetal”, de que falava o geógrafo Pierre Gourou (aliás o inspirador confesso de Sachs para sua proposta de biocivilização), estariam “bem colocados para construir civilizações modernas do vegetal, movidas a energia solar captada pela fotossíntese e situadas num nível muito superior da espiral do conhecimento.” (*Id.*, p. 334).

Considerando os compromissos socioambientais de quem está preocupado não com as crises do mercado e do seu padrão de acumulação, mas com as condições de vida da maioria das pessoas, ameaçadas diante do esgotamento dos ciclos urbano-industriais que cedem lugar para uma economia *high-tech* que pouco contrata, apoiada nos ganhos de produtividade e nos jogos das multiplicações do mercado financeiro, Sachs expõe da maneira como se segue, os imperativos decorrentes e ao mesmo tempo justificadores dessa perspectiva que impõe revisões na nossa concepção de desenvolvimento:

Que fazer, então, com a maioria silenciosa do mundo – os camponeses tropicais –, dois a três bilhões de homens, mulheres e crianças? As estatísticas indicam que atualmente cerca de metade da humanidade vive nas cidades e outra metade nos campos, ou se já, um pouco mais de três bilhões de cada lado. No próximo meio século a população mundial aumentará um pouco mais de 50%. Se a população rural tivesse de permanecer estacionária, sem absorver parte do crescimento demográfico, seria preciso, no espaço de 50 anos, dobrar a capacidade das cidades, aí receber três bilhões de novos moradores, encontrar-lhes um trabalho decente, moradias corretas e garantir as condições de exercício efetivo da cidadania. Sem isso, eles não serão urbanizados. Amontoá-los nas favelas e condená-los a consumir tesouros de engenhosidade para fabricar estratégias de sobrevivência? Não. Mais vale se render à evidência. Assim, encetar um novo ciclo de desenvolvimento rural parece um imperativo social. Esse se desdobra num imperativo ecológico... (*Id.*, p. 339).

Nesses imperativos – social e ecológico, nas palavras de Sachs –, ou socioambientais, se preferirmos, considerando as preocupações, referências

e potencialidades que revelam, é que residem a base e o argumento para a construção da “biocivilização”. Esta, no entanto, não deve ser vista nem como panaceia, para todos os nossos males, nem tampouco entendida como proposta de retrocesso ou de abolição das inúmeras conquistas promovidas pelas sociedades urbano-industriais modernas. Trata-se, antes, de civilizar o que há de predatório e discricionário nelas.

Brasil e demais países da América Latina, nesse aspecto, desfrutam de posição privilegiada. Poderiam comandar, se quisessem, esse processo de reversões. Iniciando por reconhecer o choque de paradigmas que a tensão agronegócio-campesinato promove, e fortalecendo o polo de biocivilização que compõe essa tensão, em detrimento do polo de (bio)destruição que ainda comanda o processo. Daqui é que poderemos extrair, inclusive, a forma de conduzir as nossas atitudes e referências com relação a todos os outros fatos que poderiam ser agrupados muito mais nesse segundo polo, do que no primeiro.

Nutridos pelos imperativos da necessidade, das solidariedades ecológicas e socioambientais, em praticamente todos esses países desenvolvem-se fortes movimentos de engajamento camponês e indígena, – mas não só (porque há os movimentos urbanos muito identificados com aqueles, também).

Aqui ainda há um contexto bastante propício e favorável à construção e fortalecimento de um outro sistema de valores, ou de um outro conjunto de referências e de subordinações que se apresente como opção àquele que tem vigido até aqui. A possibilidade de optarmos, de fato, por uma trajetória distinta daquela via única que nos tem sido indicada pelo atual padrão de acumulação global, e dos “combustíveis” que o alimentam, é real, e pode configurar-se em novo patamar de in(ter)dependências e cooperações, libertando-nos do exclusivismo das dimensões que na atualidade ainda realmente nos governam, e das fontes das quais se nutrem.

Não são muitos os lugares em que, como aqui, ambientes favoráveis para a produção de alternativas e de respostas a esses fatores todos, poderiam ser encontrados.

Particularmente essa porção meridional e latina do mundo, é fértil nas opções de fontes para realizar transições energéticas e também nos exemplos de como lidar adequadamente com os componentes socioambientais, e com a manutenção dos espaços de diversidade (biológica e cultural). Essa fertilidade, porém, para se desenvolver e permitir que conjugemos as condições subjetivas e objetivas potencialmente existentes aqui, depende no mínimo de que adotemos uma postura predisposta a criticar e a incomodar o atual padrão global (e sua pretensa “inevitabilidade”) com aquelas outras referências, que a sociobiodiversidade da qual ainda somos portadores, pode oferecer.

Se não se trata de pregar rompimentos exclusivamente radicais com uma ordem da qual temos sido inclusive beneficiários, ao menos uma inversão nos padrões de subordinação e na eleição dos valores que os definirão, com consequências práticas para a economia-política mundial, deveria ser seriamente considerada.

Claude Raffestin e Roderick Lawrence (1990), em texto pouco conhecido, embora escrito já a quase trinta anos, acerca das vantagens que a *Ecologia Humana*, enquanto área do saber e estrutura conceitual, oferece como instrumento cognitivo e também operativo para as complexas e problemáticas realidades socioambientais que hoje nos envolvem, argumentam que tais vantagens residem precisamente na compreensão e “interpretação integrada, dos processos, produtos, arranjos e fatores que regulam os ecossistemas naturais e humanos em todas as escalas da superfície terrestre e da atmosfera” que ela nos proporciona, sobretudo ao considerar a realidade do mundo como sendo a de um macro-sistema resultante das inter-relações não hierarquizadas de variados ingredientes movidos pelas seguintes três lógicas: “a bio-lógica, ou os arranjos dos organismos biológicos; a eco-lógica, ou os arranjos dos componentes inorgânicos (água, ar, terra e o sol); a antro-po-lógica, ou os arranjos culturais, sociais e individuais dos fatores humanos”. Para os autores, “esse macro-sistema das três lógicas regula o mundo. Consequentemente, é inapropriado enfatizar qualquer uma delas em detrimento das outras”.

Aquela “epistemologia do Sul”, indicada por Souza Santos, que mesmo pressionada e às vezes sufocada, dá-nos mostras de sua persistência (e existência), através dos espaços comuns e das paisagens que ajuda a produzir, dentre os quais as Amazônias ocupam lugar de destaque, já comprovou, por isso mesmo, sua competência e habilidade para lidar com a gestão desse “macro-sistema”, considerando as necessidades de respeito equitativo exigido pelas três lógicas que o compõem. Apresenta-se, portanto, como esperança de fundamento biocivilizatório, capaz de substituir a centralidade dogmática conferida ao mercado mundial, por outra mais respeitosa, porque consideradora do “ecossistema terrestre” e do conjunto de seus ingredientes e necessidades. Segundo Raffestin e Lawrence (*op. cit.*), “a partir dessa perspectiva, a geografia política ou a geopolítica podem tornar-se eco-políticas”. E isso, poder-se-ia acrescentar, indicaria a possibilidade de outro quadro de subordinações, ao qual valeria a pena pertencer, uma vez que essa perspectiva, ao menos questionaria e incomodaria as velhas estruturas geopolíticas que, nascidas há alguns séculos no norte ainda conduzem os limites de nossos esquemas de vida e ainda estabelecem as subordinações que tanto no âmbito das relações internacionais, como no âmbito das perversidades nacionais, determinam as

direções dos privilégios e das tragédias socioambientais, com os quais não precisaríamos mais conviver.

Segundo alguns dos pensadores nos quais estamos nos apoiando, a interrupção desse processo, implicaria, no mínimo, “despirmo-nos da arrogância intelectual ocidentalocêntrica” (Morin, 2011, p. 48) e promovermos o que Souza Santos denominou de “pensamento pós-abissal” para combater o “epistemicídio”, que provocou nos últimos cinco séculos o desperdício “de uma imensa riqueza de experiências cognitivas”, perpetrado pelo mesmo processo geopolítico que nesse período subordinou o mundo, também com “o policiamento das fronteiras do conhecimento”, comandado pela hegemonia das “epistemologias abissais do Norte global”, assim denominadas por Souza Santos (*op. cit.*, p. 91), por causa daquela mesma postura arrogante, a qual se refere Morin. Postura esta, que além do seu horizonte admitido de conhecimentos e de percepções, nada valoriza, nada considera. Para além desses horizontes, haveria apenas um imenso abismo, destinado a tragar e a remeter ao vazio todos aqueles que neles se aventurassem.

Porém, como aqui busca-se argumentar, será justamente da “riqueza cognitiva”, sobrevivente do epistemicídio mencionado e estampada na profusão de paisagens, representadas pelos mananciais de sociobiodiversidade presentes sobretudo do hemisfério sul, que se alimentará a esperança de inversão das lógicas abissais mantenedoras do padrão global de acumulação que nelas se apoiou. Daí, dessas riqueza e esperança, sintetizadas na ideia de uma “epistemologia do sul”, portanto, é que se poderá abrir o caminho propício ao desenvolvimento e implantação de uma lógica “invertida”, em relação ao que tem prevalecido até aqui, mas com fundamento epistêmico que finalmente seja capaz de conferir primazia à vida, à sua diversidade e aos ambientes culturais que lhes garantem plenitude e reprodução.

Ou seja, entre outras possibilidades, a perspectiva que aqui também se alimenta é a de uma correção epistêmica que seja capaz de atingir aquilo que, segundo Susan George, com sua autoridade de veterana militante da causa socioambiental, que já pertenceu aos quadros dirigentes do Greenpeace e atualmente preside o conselho do *Transnational Institute*, que ajudou a fundar em 1974, com sede em Amsterdã, estaria no cerne dessa questão. Segundo ela:

“O *logos* é a palavra, mas é também o princípio diretor. Em uma sociedade normal o princípio diretor do domínio ou da casa [*oikos*] deveria ser mais importante que as regras, que o *nomos*. Mas, em realidade no mundo moderno atuamos como se *nomos* prevalecesse sobre o *logos*, e isto se traduz pela supremacia outorgada à economia sobre a ecologia.” (George, 1996)

Sendo assim, situações reais e concretas que pudessem nos colocar na rota de solução da crise gerada por essa inversão [da] lógica, só poderiam ser produzidas por formulações que fossem de encontro ao sistema e ao padrão de acumulação que criou e se alimenta dessa “modernidade”. Mas, mesmo que não ocorram rupturas drásticas, como aqui já se alertou, e sim construções cotidianas e paulatinas, seria importante que as táticas para esse novo “choque de perspectivas civilizatórias” explicitassem desde sempre as estratégias de que são tributárias. Como aqui também já se demonstrou, atitudes por si só revolucionárias, por vezes as encontramos entre os confrontos epistemológicos, promovidos pelos diálogos entre saberes, pela resistência pós-abissal, pelos expedientes e predisposições inter e transdisciplinares, capazes de promover encontros e respeitos cognitivos e, sobretudo, a des-hierarquização entre saberes.

Do ponto de vista das perspectivas estratégicas com as quais interessa comungar, nessa condição de tributários das ideias e princípios que aqui se defendem, há mais duas que vale a pena mencionar, pois delas também se valem as abordagens que se verão mais à frente desenvolvidas, nos âmbitos da conservação ambiental e de criação de áreas protegidas, do cuidado com o patrimônio e das práticas agroecológicas.

DECRESCIMENTO: IDEIA QUE SUBVERTE A REALIDADE DO MUNDO

Tratar de soluções reais para a crise socioambiental implica necessariamente tratar da inversão não só das lógicas cognitiva e epistemológica que presidem a organização de nosso mundo, mas realizar e incentivar ações e perspectivas que confrontem a economia-política atual, pois se choca frontalmente com esta imaginar a possibilidade de inversão dessas relações e o estabelecimento de condições em que a economia seria absorvida pela ecologia, como, por exemplo já apregoavam alguns dos pais da “teoria decrescentista”, ou do “decrecimento”, por meio de um de seus mais reconhecidos porta-vozes, o economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen, em alguns de seus clássicos textos, reunidos em “*O Decrecimento: entropia, ecologia e economia*” (2012).

Para muitos destes, – os adeptos dessa teoria –, a perspectiva do “decrecimento” (que, diga-se de passagem, só pela denominação já seria outra inversão na lógica de um sistema que se alimenta de produção e crescimento incessantes) deveria prevalecer não só por causa do estrangulamento a que estamos sendo conduzidos pelas hegemonias economicistas que presidem as sociedades atuais, em sua volúpia predadora de recursos humanos e materiais, mas também

como perspectiva de contraposição aos valores e paradigmas civilizacionais de re(produção) de injustiças socioambientais que norteiam tais sociedades, pautadas nas economias de alta emissão de carbono tributárias da civilização do petróleo.

Das características utópicas e epistêmicas, ao conteúdo abrangente, que promove o encontro entre as perspectivas de justiça social e ambiental, as ideias, as teorias e as práticas desenvolvidas em torno do “decrecimento” permitem sintetizar muitos dos aspectos que se debatem aqui.

Para aquilatar essa potencialidade sintetizadora da proposta do “decrecimento”, particularmente em sua capacidade de intervenção propositiva na crise socioambiental contemporânea, considerando, por um lado, sua possível inevitabilidade e, por outro, as perspectivas que essa tese embute de retomada de projetos coletivos pautados nas utopias igualitaristas, promotoras de justiça sociais e ambientais, capazes de deslocar o antropocentrismo arrogante para o “ecocentrismo”, importante inicialmente considerar que se é fato que Georgescu-Roegen notabilizou-se por um certo pioneirismo na divulgação e exposição das teses do “decrecimento” (desenvolvida também por pensadores como François Partant, Serge Latouche, Joan Martínez Alier e Juan Manuel Naredo, entre outros), a formulação dessa perspectiva a devemos em grande parte, no entanto, aos pais da chamada “ecologia profunda”, como o norueguês Arne Næss, e o austríaco, radicado na França, André Gorz (ou Michel Bosquet), invariavelmente associado também à “ecologia política”. É a este último, aliás, que se deve atribuir a formulação da própria expressão “decrecimento”, ou “*décroissance*”, como apareceu grafado em um artigo seu publicado em 1972 no periódico francês *Le Noveul Observateur*⁵¹.

Em texto que faz parte de uma clássica coletânea da época, intitulado *Ecologia, caso de vida ou de morte*, publicado em 1973, Gorz-Bosquet vaticinava que a “visão de uma sociedade pós-capitalista é a única compatível com a gestão e atribuição racionais dos recursos globais, com a revolução econômica, que supõe a ‘revolucionarização’ das relações entre o homem e a natureza, reclamada pelos ecologistas” (Bosquet, 1973, p. 32).

A ecologia de que então se falava era, na palavra desses próprios autores, uma “disciplina fundamentalmente anticapitalista e subversiva” (*ibid.*), por causa dos novos parâmetros que introduzia no cálculo econômico e por causa da subversão nas determinações e subordinações que esse “cálculo” preconizava.

51. A expressão aparece pela primeira vez em um artigo em que Gorz assinou como Michel Bosquet, em *Nouvel Observateur* n° 397 du 19 juin 1972 : « L'équilibre global, dont la non-croissance - voire la décroissance - de la production matérielle est une condition, cet équilibre est-il compatible avec la survie du système. » Fonte: <<http://dictionnaire.sensagent.leparisien.fr/>>

As teses do decrescimento viabilizariam tal subversão, com a introdução, por exemplo, da bioeconomia proposta por Georgescu. Essa bioeconomia, por sua vez, poderá encontrar hoje guarida naquelas ideias de biocivilização, inspirada nas formulações de Sachs (apoiado, como vimos, pelos estudos do geógrafo Pierre Gourou), ou nas teses da “economia ecológica” de José Manuel Naredo e, também, nas referências e horizontes epistemológicos proporcionados pelo pensamento pós-abissal ou pela ecologia de saberes preconizados por pensadores como Souza Santos, Leff e Morin, ou pelos difusores das epistemologias e do pensamento “decoloniais” (como Macas e Walsh, já mencionados, ou Quijano, Quintero e Wallerstein, aos quais ainda se fará alguma referência).

A questão do decrescimento, ou, no mínimo, do “crescimento zero” das economias estacionárias, está na pauta das discussões internacionais há algum tempo e tem aproximadamente a mesma idade que costumamos conferir às discussões que na segunda metade do século passado, especialmente em seu último quartel, desenvolveram-se em torno das questões ambientais⁵². Clube de Roma, relatório Meadows, os “limites do crescimento”, “crescimento zero”, Estocolmo/Eco 72 etc., são as indicações, eventos, palavras-chave e/ou sugestões que se transformaram nas referências obrigatórias de quem se propõe a contar a história, ao menos a recente, dessas preocupações.

Seja no âmbito das referências mais institucionais, ou naquelas mais vinculadas ao amplo movimento social que paralelamente também tiveram lugar nesse mesmo período, essa é uma história por demais conhecida e não seria o caso de repeti-la aqui. Mas vale a pena ao menos essa lembrança, pois, se por um lado, houve uma espécie de consagração da vertente institucional dessa história com a publicação do Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum, 1987)⁵³ e a divulgação da ideia de “desenvolvimento sustentável”, escudada no apoio de uma simpática solidariedade geracional e em um novo eufemismo que fosse capaz de garantir o prosseguimento (ou o respaldo) do “desenvolvimento” / “crescimento” (econômico), por outro lado, os questionamentos com potencialidades mais radicais acerca dos efeitos nefastos do padrão de acumulação, levemente acenados, por exemplo, pelo Clube de Roma e similares, permaneceram em outros meios protagonizados pelo movimento social, por pensadores independentes da comunidade acadêmica e científica ou por organizações não governamentais. Destes últimos, é que,

52. Em Zanirato, 2015, no capítulo ‘Decrescimento e Bioeconomia: Imperativos social e ecológico’, essa questão já tratamos (em artigo de produção coletiva) mais extensivamente.

53. Publicado no Brasil em 1988 pela Fundação Getúlio Vargas: *Nosso Futuro Comum/ Comissão Mundial Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: FGV (c/ prefácio da presidente da Comissão, Gro Harlem Brundtland).

na verdade, originam-se tanto a ideia de sustentabilidade (“desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável”) como a ideia de “decrecimento”. A primeira pode ser creditada a Lester Brown quando da formação do *Worldwatch Institute*; a segunda, ao já mencionado André Gorz naquele artigo do importante jornal que ajudou a fundar: *Le Noveul Observateur*. Tratam-se de expressões/propostas mais ou menos contemporâneas que partiram de pressupostos semelhantes, percorreram rumos um pouco distintos, pelo menos no que diz respeito às simpatias/antipatias angariadas, por uma e outra, no âmbito do mencionado *establishment* e que, de alguma maneira, dão mostras de se reencontrar, pelo menos no âmbito das constatações de realidade que impõem a reapropriação de seus significados originais, segundo manifestações mais ou menos recentes de seus próprios autores.

Em um de seus textos mais recentes, Lester Brown, após constatar o “beco sem saída” a que estamos sendo conduzidos por uma economia que se orgulha de crescer a taxas insustentáveis – “desde 1950, a economia global cresceu sete vezes, aumentando a produção de bens e serviços de US\$ 6 trilhões para US\$ 43 trilhões, em 2000” (Brown, 2003, p. 6) [e já multiplicou por dois esses valores nessas duas décadas ainda não concluídas do novo século] – afirma que nesse início de século XXI é fato constatado que a economia, como “*ora é estruturada*” (destaque do próprio autor) está destruindo todo o seu sistema de apoio, relacionado ao que ele chama de “poupança de capital natural”, “suplantando a produção sustentável dos ecossistemas”, e isso, segundo ele, impõe uma mudança de mentalidade que não só reconheça a economia como parte do ecossistema da Terra, mas aponte que “o desafio preeminente da nossa geração é planejar uma eco-economia que respeite os princípios da ecologia” (*Id.*, p. 33)

Na base dessa eco-economia, estaria uma “mudança copérnica”, assim denominada por Brown, pois esta deslocaria do centro os imperativos da economia, para dar lugar às determinações impostas pelos limites dos sistemas ecológicos, atendendo, de certa maneira, aos apelos que já fizeram outros autores, dentre eles Susan George, há pouco mencionada.

Essa eco-economia, no entanto, apesar das inversões que sugere, não impediria o prosseguimento de um certo “progresso econômico”, nem afetaria o sistema de mercado, desde que esse considerasse adequadamente o “capital natural”:

Quando ajudei a criar o conceito de desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, cerca de 27 anos atrás, no recém-formado *Worldwatch Institute*, tinha uma ideia geral de como seria a nova economia. Hoje, podemos ver muito mais detalhes. Poderemos construir uma eco-economia com as tecnolo-

gias existentes. Seria economicamente viável se conseguíssemos que o mercado nos informasse o custo total dos produtos e serviços que compramos. A questão não é quanto irá custar para realizar essa transformação, e sim quanto custará se falharmos. Øystein Dahle, Vice-Presidente aposentado da Esso (Noruega e Mar do Norte), observa: “O socialismo ruiu porque não permitiu que os preços falassem a verdade econômica. O Capitalismo poderá ruir porque não permite que os preços falem a verdade ecológica. (Brown, 2003, p. 36)

André Gorz, por sua vez, no último de seus textos, foi mais enfático acerca da necessidade das reversões apregoadas por Brown, reproduzindo o que ele mesmo havia já afirmado quando da criação da expressão “decrecimento”. Segundo ele “o decrecimento é um imperativo de sobrevivência. Mas supõe outra economia, outro estilo de vida, outra civilização, outras relações sociais.”⁵⁴

Nesse seu derradeiro artigo, publicado meses antes de sua morte, Gorz reflete principalmente acerca da condição do trabalho, analisado à luz da crise global do sistema e nos âmbitos macro e microeconômicos, observando particularmente os desequilíbrios provocados no sistema em função da radical “mudança técnico-científica que introduz uma ruptura no desenvolvimento do capitalismo e arruína, com suas repercussões, a base do seu poder e sua capacidade para reproduzir-se” (*Ibid.*).

Tal ruptura, segundo Gorz, é que provocou crescimento exponencial do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, que experimentou forte regressão nos últimos períodos. Após fornecer alguns dados ilustrativos dessa condição, o autor aponta que prova disso é o fato de que “500 empresas do índice *Standart & Poors* dispõem de 631 bilhões de reservas líquidas, a metade dos benefícios das empresas americanas provém de operações nos mercados financeiros...” (*Ibid.*). E esse fenômeno, que segundo Gorz, ameaça de forma inédita o emprego, as relações de trabalho e os próprios fundamentos do sistema, como o conhecíamos até agora, é mundial e se configura em um quadro onde “a massa de capital que a indústria financeira drena e gestiona supera desde logo a massa de capital que valoriza a economia real (o total dos ativos financeiros representa 160 trilhões de dólares, o que quer dizer, três a quatro vezes o PIB mundial)” (*Ibid.*).

Em síntese, arremata Gorz, “a economia real se converte em um apêndice das bolhas especulativas sustentadas pela indústria financeira”. E essa situação

54. Gorz, 2008, s/n. As citações e menções seguintes do texto de André Gorz, foram extraídas do artigo disponível no site da revista que o publicou, sem indicação de página <<https://ecorev.org/spip.php?article566>>

potencialmente crítica, torna-se muito mais complexa e explosiva quando a ela se adiciona a consideração das consequências ambientais, uma vez que “a “reestruturação ecológica” só pode agravar a crise do sistema”, considerando, por exemplo, o fato de que seria impossível “evitar uma catástrofe climática sem romper de maneira radical com os métodos e a lógica econômica que impera há 150 anos” (*Ibid.*).

Corroborando essa mistura explosiva entre o capital especulativo e as tragédias ambientais anunciadas, Edgar Morin, também em um de seus textos mais recentes – no já mencionado *A Via* – não só explicita a relação aí existente, que está longe de ser um encontro fortuito, como a caracteriza da seguinte maneira:

O capital financeiro mundial, cujo dinamismo coproduz a globalização, agrava a crise ecológica. Conduz à superexploração dos recursos naturais em todo o mundo, principalmente no hemisfério sul, [estimulando] a agricultura de exportação em detrimento da agricultura de subsistência, das florestas e sua biodiversidade. A crescente escassez de recursos naturais estimula o espírito especulativo, daí o aumento dos preços, que nada mais faz do que acrescentar dificuldades às famílias pobres do mundo rico, que se sobreendividaram incitadas pelo mesmo capital financeiro. E daí, finalmente, a crise de 2008, a “primeira crise socioecológica do capitalismo financeiro e bursátil, a primeira na qual influenciaram a diminuição dos recursos e os danos ecológicos” (Jean Gadrey, economista, professor da Universidade de Lille). (Morin, 2011, p. 80)

A todos esses autores, e outros mais, poder-se-ia ainda recorrer, mencionando os inúmeros fatos e processos a que aludem para justificar os prognósticos e análises um tanto sombrios que proporcionam e as propostas que elaboram para contorná-los. Não faltariam dados acerca das projetadas perdas de biodiversidade, das ameaças aos reservatórios hídricos e às florestas, e, conseqüentemente, acerca dos problemas climáticos que nos espreitam, das poluições, da perda de solo, da desertificação, dos aumentos de moléstias e doenças infecciosas etc. O fato é que a utilização dos solos, das águas e das florestas se fazem em um ritmo que os processos de regeneração e reposição naturais são incapazes de regenerar, e, o que é pior, hoje nem mesmo as possibilidades de reposição tecnológica proporcionariam isso. E todos os autores que estamos examinando são unânimes nessas constatações. Ou seja, os programas de reflorestamento ou de compensação existentes e praticados são inócuos.

Taxas de desertificação como as verificadas em certas regiões da África, de 500 km²/ano, assim como a redução de 1,5m/ano nos lençóis freáticos de

vastos trechos da América e Ásia, ou índices de encolhimento de florestas que se indicam em torno de 9 milhões de hectares/ano (Brown, 2003), impõem perdas irreversíveis, sobretudo observando-se as consequências em termos dos desastres socioambientais (que alguns ainda chamam de ‘naturais’) que tais números e índices proporcionam.

O rebatimento disso tudo nas perspectivas apontadas para as condições climáticas globais, que sugerem algo em torno de 85% na redução das emissões de CO₂, antes de 2050, para evitar a situação irreversível de aquecimento global a 2° C, não são mais alentadoras (Gorz, 2008). Da mesma forma, como também não são nada alentadoras, as referências mais comuns às taxas de extinção de espécies, que indicam ser estas, na atualidade, conforme artigo recentemente publicado na revista *Science* (Pimm et al., 2014), mil vezes mais veloz do que aquelas que os fluxos naturais promoveriam. E isso, segundo Brown, ameaça de extinção 25% das espécies de mamíferos e um terço das espécies de peixes.

Mas, talvez, todos esses dados, sobejamente conhecidos, amplamente divulgados e que aqui rapidamente, uma vez mais são expostos, poderiam ser substituídos por um dos mais recentes e preocupantes alarmes dados para o principal manancial de biodiversidade do planeta, e que também é, e não por mera casualidade, o principal reservatório de água doce, além de território de imensa diversidade sociocultural.

Em recente artigo publicado no editorial da Revista *Science Advances*, assinado por Thomaz Lovejoy e Carlos Nobre (2018), reconhecidos investigadores do tema, reavaliaram o antigo índice de desmatamento, que era considerado limite para que a Floresta Amazônica atingisse um ponto de inflexão: 40%. Antes, dessa reavaliação, considerava-se que ao atingir esse nível de desmatamento da cobertura original, o sistema amazônico entraria em colapso, deixando de ser dominado pela floresta e cedendo lugar a uma paisagem de savana, degradada, com vegetação rala e esparsa e com baixa diversidade. Agora, esse ponto foi alterado para um limite sem muita precisão, mas situado entre 20% e 25%. Acontece que o desmatamento da Floresta já atingiu índices próximos de 20%. Segundo Nobre: “Apesar de não sabermos o ponto de inflexão exato [entre 20 e 25%], estimamos que a Amazônia está muito próxima de atingir esse limite irreversível. A Amazônia já tem 20% de área desmatada, equivalente a 1 milhão de quilômetros quadrados, ainda que 15% dessa área [150 mil km²] esteja em recuperação” (Fapesp, 2018)⁵⁵.

A alteração do limite de inflexão de 40% para algo em torno de 25%, segundo Lovejoy e Nobre se deveu ao fato de que o ciclo do sistema amazônico,

55. As declarações de Nobre foram colhidas em matéria sobre o artigo que ele fez em parceria com Lovejoy e publicado em Fapesp, 2018.

impactado desde sempre pelo desmatamento, passou a sofrer também as consequências das mudanças climáticas e do uso indiscriminado do fogo que os agropecuaristas passaram a utilizar nas últimas décadas para eliminar árvores e limpar áreas destinadas à lavoura e às pastagens.

Segundo esses autores, as oscilações verificadas em anos recentes no comportamento do sistema amazônico, alternando grandes períodos de secas (em 2005, 2010 e entre 2015 e 2016) e grandes inundações (em 2009, 2012 e 2014), já seriam indícios fortes da proximidade desse ponto de inflexão.

Para contornar tal situação, os autores sugerem controle do desmatamento, que não só deveria ser zerado, como diminuído, com procedimentos de reflorestamento, para que se tenha uma margem de segurança em relação aos limites de inflexão: “Se for zerado o desmatamento na Amazônia e o Brasil cumprir seu compromisso de reflorestamento [c/ Acordo Climático de Paris, em 2015], em 2030 as áreas totalmente desmatadas na Amazônia estariam em torno de 16% a 17%”, afirma Nobre (Fapesp, 2018).

Considerando o que afirmam e demonstram Lovejoy e Nobre, estamos diante de uma situação em que o imperativo do decrescimento se impõe. E isso, necessariamente, implicaria em superar as atividades econômicas tributárias dos padrões típicos do capitalismo, que subordina a floresta e povos da floresta (os amazônidas) aos imperativos da economia-política que os ameaçam, cedendo lugar para uma outra condição de centralidade, onde a prevalência da territorialidade indígena, das reservas extrativistas e dos espaços de povos tradicionais e do sistema florestal que produzem, enfim, subordinasse as possíveis outras atividades (mesmo aquelas remanescentes, que possam inclusive ser identificadas como típicas do capitalismo), que em escalas compatíveis com a reposição e sobrevivência do sistema amazônico, ali ainda permanecessem sendo desenvolvidas.

Para alguns pensadores, muitos deles aqui já referidos, a promoção de um possível encontro entre as ideias do decrescimento e as do *Buen Vivir* poderia pavimentar os caminhos necessários para os diálogos entre saberes capazes de facear a situação crítica que aqui se descreve.

DECRESCIMENTO E *BUEN VIVIR* PARA RESISTIR À DESTRUIÇÃO

Serge Latouche, importante pensador contemporâneo, talvez o principal divulgador atual das ideias decrescentistas e da obra de Georgescu-Roegen, e que se diz identificado com a vertente ecossocialista, inaugurada por Gorz

e outros, em passagem mais ou menos recente pelo Brasil, convidado para ministrar conferência em um simpósio internacional declarou:

Eu definiria o decrescimento como o projeto ecossocialista, a saber, com a dupla dimensão ecológica e socialista. Antes de mais nada, o decrescimento é um *slogan*, *slogan* provocador... Se quisermos ser rigorosos, poderíamos falar não de decrescimento, mas de a-crescimento, com o prefixo grego “a”, de privação, como o que colocamos em “ateísmo”. Aliás é disso que se trata, se trata de sair da religião do crescimento, de nos tornarmos ateus da economia e agnósticos do progresso. Então, o Brasil deveria mudar sua divisa “Ordem e Progresso” para “Ordem e *Buen vivir*”⁵⁶

Evocando o *Buen Vivir*, Latouche conecta o projeto ecossocialista do decrescimento a um conjunto de ações e reflexões protagonizadas por inúmeros movimentos de resistência e por seus pensadores, particularmente aqueles vinculados aos “indígenas” e aos povos originários da América, em suas lutas por reconhecimento cultural, de seus saberes, seus territórios e de libertação de uma mentalidade eurocentrada que, segundo alguns desses pensadores, superou o colonialismo, mas segue subordinada a uma certa colonialidade de ideias e atitudes que tendem a considerar como não dotado de “razão” todo o pensamento, proposta e/ou ação que se oponha aos padrões do mercado e do pensamento único global (“globalitarismo”, como o denominou Milton Santos). Segundo um dos grandes porta vozes dessas lutas contra a colonialidade eurocentrada, também denominada de luta *decolonial*⁵⁷, Aníbal Quijano:

56. Trechos da palestra “Natureza: problemáticas econômicas e antropológicas”, ministrada por Serge Latouche, da Universidade de Paris XI. A palestra ocorreu entre os dias 10 e 12 de novembro de 2011, no “Simpósio Internacional Merleau-Ponty”, Universidade Federal do Mato Grosso. Vídeo disponível em <<http://www.ufmt.br/ufmt/tvu/galeria/index/0/68?anterior=http://www.ufmt.br/ufmt/tvu/programa/videos/14/30>>

57. Quem nos explica essa forma de referência é a linguista norte americana radicada no Equador, Catherine Walsh em livro organizado por ela (Walsh, 2013): “Dentro de la literatura relacionada a la colonialidad del poder, se encuentran referencias —incluyendo en este mismo libro— tanto a la descolonialidad y lo descolonial, como a la decolonialidad y lo decolonial. Su referencia dentro del proyecto de modernidad/colonialidad inicia en 2004, abriendo así una nueva fase en nuestra reflexión y discusión. Suprimir la “s” es opción mía. No es promover un anglicismo. Por el contrario, pretende marcar una distinción con el significado en castellano del “des” y lo que puede ser entendido como un simple desarmar, deshacer o revertir de lo colonial. Es decir, a pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan en existir. Con este juego lingüístico, intento poner en evidencia que no existe un estado nulo de la colonialidad, sino posturas, posicionamientos, horizontes y proyectos de resistir, transgredir, intervenir, in-surgir, crear e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual se puede identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alter-(n)ativas.” (Walsh, 2013, p. 24-25)

No es por accidente histórico que el debate sobre la Colonialidad del Poder y sobre la Colonialidad / Modernidad / Eurocentrada, haya sido producido, en primer término, desde América Latina. Así como no lo es que la propuesta de Bien Vivir provenga, en primer término, del nuevo movimiento de los “indígenas” latinoamericanos. (...) América Latina y la población “indígena” ocupan, pues, un lugar basal, fundante, en la constitución y en la historia de la Colonialidad del Poder. De allí, su actual lugar y papel en la subversión epistémica / teórica / histórica / estética / ética / política de este patrón de poder en crisis, implicada en las propuestas de Des / Colonialidad Global del Poder y del Bien Vivir como una existencia social alternativa. (Quijano, 2014, p. 857, 858)

Para Quijano, essa primazia resistente que se consolida entre os descendentes dos povos originários da América, deve-se às condições históricas e até mesmo físico-naturais que proporcionaram tanto o desenvolvimento do processo colonial (de colonialidade/ modernidade/eurocentrada) por aqui, como a compreensão, por parte da população vitimada por esse processo de que “lo que está en juego ahora no es sólo su pobreza, como su sempiterna experiencia, sino, nada menos que su propia sobrevivencia.” Dessa forma, prossegue Quijano:

Tal descubrimiento entraña, necesariamente, que no se puede defender la vida humana en la tierra sin defender, al mismo tiempo, en el mismo movimiento, las condiciones de la vida misma en esta tierra. De ese modo, la defensa de la vida humana, y de las condiciones de vida en el planeta, se va constituyendo en el sentido nuevo de las luchas de resistencia de la inmensa mayoría de la población mundial. Y sin subvertir y desintegrar la Colonialidad Global del Poder y su Capitalismo Colonial / Global hoy en su más predatorio período, esas luchas no podrían avanzar hacia la producción de un sentido histórico alternativo al de la Colonialidad / Modernidad / Eurocentrada. (*Id.*, p. 856)

Sintonizados com essa compreensão, os movimentos *decoloniais* expressam em suas bandeiras, conforme já vimos e nos informam algumas de suas importantes lideranças, como o mencionado Luis Macas, o caráter epistêmico e político de suas lutas.

Quando cotejamos o conjunto dessas ideias, com aquelas que se podem verificar nas reflexões e propostas dos que se reivindicam como ecossocialistas

e decrescentistas, de Gorz a Latouche, vemos, portanto, que há grande convergência entre elas. Como para Latouche, por exemplo, todas as formas de crescimento revelaram-se como antropocêntricas, etnocidas, tóxicas, violentas e imperialistas, obviamente, quando se fala em decrescimento não se está propondo apenas uma redução nas atuais taxas de crescimento, nem um crescimento negativo, muito menos um crescimento “sustentável”, mas trata-se antes de um programa mais amplo de libertação dos padrões e das racionalidades que sustentam e/ou viabilizam o tipo de sociedade que tem se desenvolvido até aqui, e com os efeitos danosos e críticos mencionados, e isto requisitará, em primeiro lugar, uma “descolonização das mentalidades” para “sair da economia” ou do reducionismo que impõe a monetização de tudo, até das boas ações, para que sejam valorizadas, como apregoa o autor em um de seus livros ainda inédito em língua portuguesa e apropriadamente intitulado *Survivre au développement. De la décolonisation de l’imaginaire économique à la construction d’une société alternative*⁵⁸.

Decrescimento, co-presença, convivialidade, buen vivir, decolonialidade, são as palavras-chave que encontraremos ao examinarmos as possibilidades de saídas civilizadas para a condição crítica que aqui se indicou. E talvez tudo isso se resuma com a definição de Quijano para “buen vivir”:

Lo que aquí propongo es abrir una cuestión crucial de nuestro crucial período histórico: Bien Vivir para ser una realización histórica efectiva, no puede ser sino un complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro modo de existencia social, con su propio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos a la Colonialidad Global del Poder y a la Colonialidad / Modernidad / Eurocentrada. Este patrón de poder es hoy aún mundialmente hegemónico, pero también en su momento de más profunda y raigal crisis desde su constitución hace poco más de quinientos años. En estas condiciones, Bien Vivir, hoy, sólo puede tener sentido como una existencia social alternativa, como una Des/ Colonialidad del Poder. (Quijano, 2014, p. 847-848)

Bien vivir ou *Buen Vivir*, grafam-se das duas formas e isso é indiferente, segundo Quijano e outros. O que importa é que, na atualidade, esses são alguns dos termos mais difundidos entre os auto-denominados povos originários da América,

58. Trata-se de livro publicado em 2004. Algumas das ideias presentes nesse texto foram reproduzidas pelo autor em artigo intitulado “Convivialidade e Decrescimento” (Latouche, 2012). É de lá que algumas referências aqui feitas foram extraídas.

conforme definição estabelecida em diversas *Cumbres de Los Pueblos de América*, para sintetizar a projeção de uma “existência social diferente a la que nos há impuesto la Colonialidad del Poder” (*Ibid.*). Essa expressão e essa perspectiva, segundo nos informa ainda Quijano, mencionando a escritora peruana Carolina Ortiz Fernandez, é provavelmente a formulação mais antiga da resistência “indígena” contra a “Colonialidade do Poder”, e foi cunhada, segundo a escritora em 1615. O fato dessa perspectiva já ter sido incorporada nos aparatos constitucionais de alguns países da América Latina, como Equador, Bolívia e Colômbia, por exemplo, incluindo a referência a essa origem remota⁵⁹ de resistência ao padrão de vida e organização social que o capitalismo europeu impôs aos povos da América, reativa esperanças de horizontes pós-capitalistas, civilizados (como sugeririam Gorz, Latouche e outros), posto que referenciados em alternativas não mais nem eurocentradas, nem privilegiadoras da economia em detrimento da vida e dos ambientes que a mantém e que são por ela produzidos. Pelo contrário, os “direitos da natureza”, ou a natureza como sujeito de direitos (como de maneira explícita e pioneira se refere à *Pacha Mama* a constituição do Equador e vários institutos legais da Colômbia) estão consagrados nessas constituições, sugerindo, que pelo menos nos textos que estruturam as instituições conformadoras desses Estados, a construção de eco-economias, bioeconomias, biocivilizações e outras variações vinculadas às propostas decrescentistas, podem se viabilizar.

REFERÊNCIAS

BROWN, L. *A Economia e a Terra*. EPI - Earth Policy Institute / UMA, 2003.

FAPESP, Desmatamento na Amazônia está prestes a atingir limite irreversível. *Boletim Fapesp [on line]* – 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/desmatamento-na-amazonia-esta-prestes-a-atingir-limite-irreversivel/27180/>>

GARCIA DOS SANTOS, L. *Politizar as novas tecnologias*. São Paulo: Editora 34, 2003.

59. Na constituição do Equador, tanto no Preâmbulo como em diversos outros artigos, a evocação ao Buen Vivir faz referência à expressão quechua de sua origem – *sumac kawsay* – e no sétimo parágrafo desse preâmbulo se lê: “[Decidimos construir] Una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el *sumak kawsay*”. Disponível em: <http://cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2013/06/constitucion_2008.pdf>. Na constituição da Bolívia, ao consagrar os princípios éticos-morais do estado plural (estado plurinacional, divergente do nacional) faz-se referência ao “*suma qamaña*” – *vivir bien* – de origem aymará. Disponível em <<https://bolivia.infoleyes.com/norma/469/constitucion-pol%C3%ADtica-del-estado-cpe>>. E na Colômbia, decisões recentes de sua Corte Constitucional, (proferidas em 2016, disponíveis em <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2016/T-622-16.htm>>), a natureza e seus integrantes foram elevados à categoria de “sujeitos de direitos” e já há rios, por exemplo, que adquiriram a condição de reconhecimento como seres vivos.

- GEORGE, S. Liberalismo económico. Marginación del Tercer Mundo y de la naturaleza. In: MIRES, F .et alii. *Ecología Solidaria*. Barcelona: Ed.Trotta, p.39-53, 1996.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *O decrescimento: entropia, ecologia e economia*. São Paulo: editora Senac, 2012.
- GONÇALVES, C.W.P. *Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades*. Disponível em (março de 2017): <www.geopolitica.ws> (Observatorio Latinoamericano de Geopolítica).
- GORZ, A. La sortie du capitalisme a déjà commencé. In: *EcoRev'*, Nº 28, 2008.
- LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- LATOUCHE, S. Convivialidade e Decrescimento. *Cadernos IHU Ideias*. Nº 166, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012. Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/166_cadernos_ihu_ideias.pdf
- LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (Coord.). *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003, p 15-64.
- LOVEJOY, T. E., NOBRE, C. Amazon Tipping Point. In: *Sciences Advances*, 4, 2018.
- MACAS, L. La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- MARTINEZ-ALIER, J Environmental justice and economic degrowth: an alliance between two movements. *Capitalism Nature Socialism*, v 23, nº1, p.51-73, 2012.
- MEYER, G. et alii. Decrescimento e bioeconomia: imperativos social e ecológico. In: ZANIRATO S.H.(org). *Participação Política : Atores e Demandas*. São Paulo : ProMuSPP e AnnaBlume, 2015. p. 215-229.
- MORIN, E. *La Via para el futuro de la humanidad*. Barcelona: Paidós, 2011.
- NAREDO, J.M. Bases Sociopolíticas para una Ética Ecológica y Solidaria. In *VI Jornadas Internacionales de Derechos Humanos*, Sevilla, 2003. Disponível em: <https://polis.revues.org/5430>
- PIMM, S. L. et al. The biodiversity of species and their rates of extinction, distribution, and protection. *Science*: Vol. 344 no. 6187, 30 May 2014
- PRIGOGINE, I & STENGERS, I. *A Nova Aliança/ Metamorfose da Ciência*. Brasília: UNB, 1997.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- QUIJANO, Aníbal. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. - 1a ed. - Buenos Aires: CLACSO, 2014
- QUINTERO, P. Desarrollo, modernidade y colonialidad. *Revista de Antropologia Experimental*, v. 13. P 67-83, 2013
- RAFFESTIN, C. & LAWRENCE, R. Human ecology and environmental policies: prospects for politics and planning. *Political Geography Quarterly*, 9 (2), 1990, p. 103-107.
- SACHS, I. Amazônia — laboratório das biocivilizações do futuro. *Le Monde Diplomatique*, 11/2008, disponível em www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2793>
- SACHS, I. A terceira Margem. Em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- SANTOS, M. O País Distorcido: O Brasil, a Globalização e a Cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos/ CEBRAP*. São Paulo, SP, nº 79, p. 71-94, nov. 2007.
- THOMAZ Jr, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria — qual o lugar do campesinato e do proletariado. In: *FERNANDES (2008)*, pg. 275-302, 2008.
- WALLERSTEIN, I. M. *World-systems analysis*. Duke: University Press, 2005.
- WALSH, C. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In Walsh, C (ed.) *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resisitir, (re) existir y(re) vivir*. Tomo I. Serie Pensamiento Decolonial. Quito: Abya Yala, 2013.
- ZANIRATO S. H. (org.). *Participação Política: Atores e Demandas*. São Paulo: ProMuSPP e AnnaBlume, 2015.